

10/07/16 04:30

‘Não se pode comprimir gastos com educação’, diz Aloisio Pessoa de Araujo



Reforma. Para Araujo, é preciso ter regras diferentes para as mulheres na Previdência: “A mulher que tem filhos trabalhou de forma difícil” Foto: Agência O Globo / Fernando Lemos

Lucianne Carneiro - O Globo

RIO - Um dos economistas brasileiros com maior prestígio no exterior, o professor da EPGE/FGV e do Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (Impa) Aloisio Pessoa de Araujo celebra em 2016 seus 70 anos como gosta: promovendo o debate científico, em dois encontros internacionais no Rio em julho. Em um momento de grave situação fiscal no país, ele condena a proposta do governo de teto para gastos em educação, saúde e ciência e tecnologia. A nova regra, afirma, exige uma reforma da Previdência urgente, com ganhos fiscais imediatos, para evitar que a expansão das despesas com aposentadorias e benefícios previdenciários comprima os demais gastos.

— Como os gastos com a Previdência estão subindo muito, os outros serão comprimidos, já que se fixou o gasto em termos reais. Isso é inadmissível. Por isso, é preciso uma regra de transição dura para a Previdência. A ciência e a tecnologia estão sofrendo muito — diz Araujo, que já lecionou nas Universidades de Pennsylvania, Chicago e Califórnia, nos EUA, e Sorbonne, na França.

Araujo, que fez graduação em Estatística e Economia, mestrado em Matemática e doutorado em Estatística, já se dedicou ao estudo de assuntos tão diversos como educação infantil, segurança pública e legislação de falências. Um dos temas que despertam seu interesse atualmente é a privatização dos serviços de saneamento. Diante da situação fiscal dos estados, ele defende a iniciativa, mas com a exigência de inclusão nos contratos de critérios de universalização do serviço e de despoluição.

O senhor se destacou ao longo dos anos pela pesquisa. Qual é a importância dela?

Conheça as vantagens:

EXTRA DIGITAL **R\$ 2,00/mês por 6 meses**

O assinante digital lê o Extra no computador ou tablet a qualquer hora com comodidade e agilidade.

Acessa um arquivo com todas as edições dos últimos 30 dias.

Tem nas mãos a qualidade do jornalismo do Extra.

Objetividade, clareza e prestação de serviços.

Depois **R\$ 10,00/mês**

ASSINE

situação fiscal difícil, tem que respeitar isso. O governo, em algumas privatizações de estradas, já está abrindo mão de investimentos, voltando um pouco ao modelo antigo, para maximizar o valor das outorgas. Até faz sentido, mas no saneamento isso não pode ser feito.

E qual o caminho?

É preciso mudar o sistema considerando os três agentes: a União, os estados e municípios e a iniciativa privada. Temos independência dos estados e municípios e isso funciona muito bem, mas isso não impede uma coordenação do governo federal, como ocorreu na privatização dos bancos estaduais e na educação. Esse modelo de coordenação foi muito bem-sucedido. Só falamos das coisas negativas da educação e esquecemos de dizer que poderíamos estar muito pior. No debate dos gastos públicos, os percentuais (de vinculação da receita) são muito criticados, os economistas reclamam que assim fica mais difícil fazer ajuste fiscal. Paciência. Eles têm sido muito úteis. Não se pode abrir mão disso, nós atingimos muita coisa. Pelo menos foi preservado o gasto real.

Como vê a situação fiscal?

É preciso fazer uma reforma da Previdência logo no início. O problema fiscal é gravíssimo: não dá para escapar de uma reforma da Previdência. Mas o Brasil não pode parar, não se pode comprimir os gastos de educação, saúde e ciência e tecnologia. Como os gastos com a Previdência estão subindo muito, os outros serão comprimidos, já que se fixou o gasto em termos reais. Isso é inadmissível. O gasto com a Previdência precisa parar de crescer. Por isso, é preciso ter uma regra de transição dura para a Previdência. A ciência e a tecnologia estão sofrendo muito.

O que seria uma transição dura na Previdência?

É uma transição rápida. Um caminho seria a equalização entre homem e mulher, entre o trabalhador urbano e rural. As aposentadorias específicas também ajudariam, assim como a idade mínima. No caso das mulheres, a idade de aposentadoria poderia ser igual à dos homens, mas talvez devesse ter menos anos de contribuição necessários porque ela sai da força do trabalho para educar seus filhos, e a

